

Esta publicação faz parte do projeto **Economia, Política e Energia - Diálogos Estratégicos**, do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). A cada trimestre, economistas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas - terceiro think tank mais importante do mundo pelo Global Go To Think Tank Index Report, da Universidade da Pensilvânia - se reúnem com associados do IBP para apresentar as mais recentes projeções e debater a conjuntura econômica e política do Brasil e do mundo, com especial foco para o setor de óleo e gás. Os eventos também podem ser acompanhados remotamente.

Aqui estão reunidos os principais temas e referências abordados no encontro de abril de 2023, mediado por Fernanda Delgado, diretora executiva Corporativa do IBP.

No quarto encontro Diálogos Estratégicos - Economia, Política e Energia, parceria do IBP com pesquisadores do FGV IBRE, especialistas analisaram a contribuição do setor de energia para a economia brasileira nos próximos anos. As perspectivas positivas chegam de várias frentes: da atração de investimentos produtivos e da exportação à arrecadação tributária e geração de empregos. Por onde se olhe a macroeconomia brasileira, o sinal é de que essa indústria, tanto na matriz fóssil quanto renovável, contribuirá de forma significativa para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Oportunidades, entretanto, não costumam bater à porta sem a companhia de desafios, e no Brasil estes tampouco são pequenos. Garantir a regulação necessária no tempo e forma adequados, calibrar as políticas de apoio a setores emergentes para evitar desequilíbrios e alocar de forma eficiente o aumento de arrecadação projetado são alguns deles, como você verá nesta publicação.

Boa leitura



A vez da energia na economia brasileira

Não faz tanto tempo, quando o setor de energia se destacava nas planilhas dos analistas em suas projeções macroeconômicas, estava entre as variáveis negativas, restando pontos do PIB. “Em geral, tratava-se do impacto da falta de chuva na geração hidrelétrica, que ainda nos desafia, ou dos efeitos do aumento do preço internacional do petróleo na balança comercial, em indústrias dependentes de seus derivados e nas bombas de combustível”, enumera Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE).

Hoje, entretanto, há claros indícios de que essa relação tende a se inverter, com a ampliação da participação da indústria energética no time de soluções para impulsionar o crescimento brasileiro na próxima década. Esse potencial do setor como alavanca do PIB foi destaque da 4ª edição do Diálogos Estratégicos - Economia, Política e Energia, evento promovido no final de abril pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) em parceria com pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE), no Rio de Janeiro.

Diante do imperativo de promover a descarbonização da matriz energética global - com maior participação de fontes renováveis para mitigar o aumento da temperatura da Terra e seus efeitos no clima -, sem que isso afete a segurança no suprimento - o que reforça o papel dos combustíveis fósseis nesse novo equilíbrio -, o Brasil fortalece suas vantagens competitivas nas distintas frentes que fazem parte desse desafio.

“O mundo *net zero* que hoje buscamos alcançar não é *gross zero*. Isso significa que demandará tanto energias limpas quanto fósseis, e em ambas o Brasil pode ser um fornecedor bastante competitivo”, afirma Bráulio Borges, pesquisador associado do FGV IBRE, destacando a importância que o petróleo continuará tendo na matriz global. Tal como destacado por Fernanda Delgado, diretora executiva Corporativa do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), no segundo Diálogos Estratégicos¹, nessa nova ordem energética, “quanto mais plural é uma matriz, menos vul-

¹Leia a seção “A agenda brasileira do setor energético” no ebook do segundo Diálogos Estratégicos - Economia, Política e Energia: <https://bit.ly/41UEwbK>



“Quanto mais plural é uma matriz, menos vulnerável é uma economia. Não se trata de uma competição entre renováveis e fósseis”

Fernanda Delgado
Diretora executiva Corporativa do IBP

nerável é uma economia. Não se trata de uma competição entre renováveis e fósseis”.

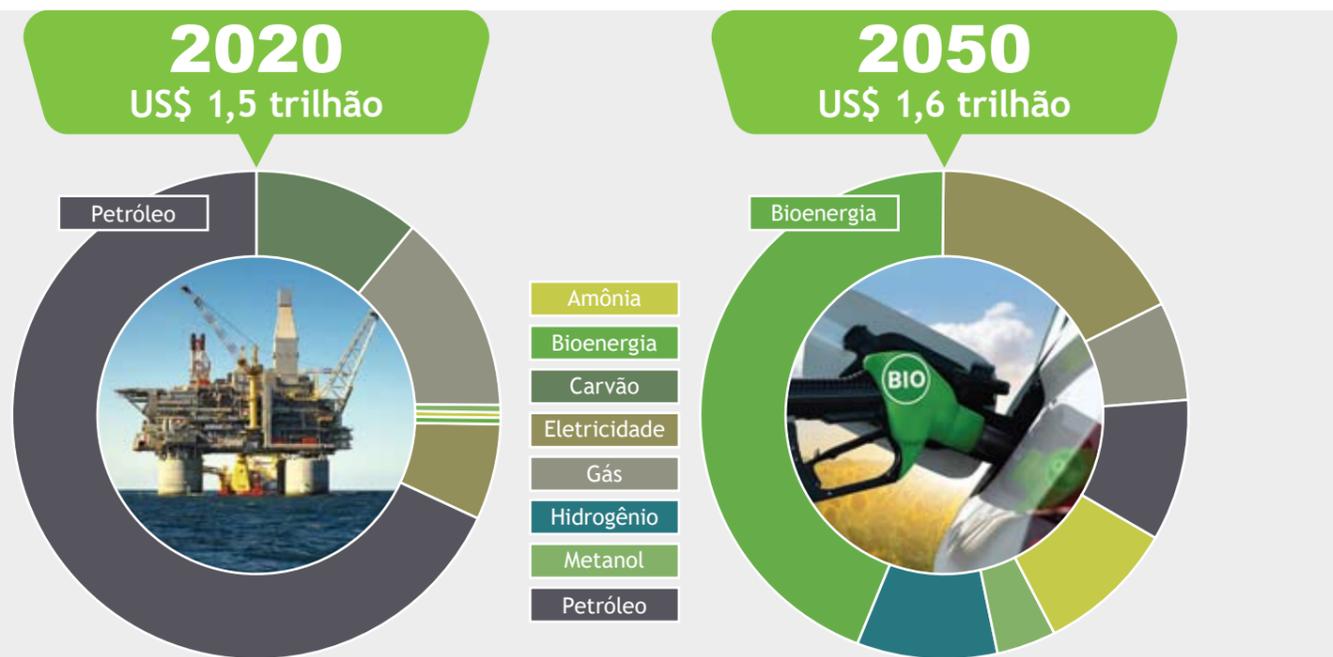
Borges lembra que, desde 2016, a balança comercial brasileira de petróleo e derivados tornou-se positiva, fazendo com que os choques de preço passassem a gerar ganhos para o país. Com isso, os choques de preço, que antes comprometiam duramente a balança comercial do país, agora passaram a refletir ganhos. E, com o esperado aumento da produção do pré-sal, a tendência é de elevação desse superávit, frente a uma demanda que, afirma, deverá desacelerar de forma gradual. “Alguns cenários indicam que o consumo de petróleo, que hoje gira em torno de 100 milhões de barris/dia, será de 75 milhões a 80 milhões no final da década, chegando a 30 milhões em 2050. Ainda será uma procura relevante, e o Brasil estará bem posicionado para atendê-la”, diz.

Da atual produção brasileira, em torno de 3 milhões de barris/dia, 1/3 segue para exportação. “Considerando que essa produção deverá chegar a 5,2 milhões de barris diários nos próximos anos, e um consumo doméstico relativamente estável, todo o excedente deverá ser absorvido pelo mercado externo”, diz Fernanda, destacando estimativas da instituição de que, de 2022 a 2031, o setor de óleo e gás brasileiro realizará investimentos da ordem de US\$ 180 bilhões. Em webinar² promovido em abril pelo FGV IBRE com a *Folha de S. Paulo*, Fernanda ainda ressaltou que as características do petróleo do pré-sal reforçam a competitividade do produto brasileiro. “Por exemplo, por ter pouco enxofre em sua composição, é muito bem aceito no mercado asiático para a produção de combustível

²Integra do webinar A Transição Energética e os Impactos na Economia disponível no canal do FGV IBRE no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=25f8-SqjpmI&t=350s>

“Net zero” não é “gross zero”

Evolução projetada para a matriz mundial indica que mundo descarbonizado ainda demandará fontes fósseis



Fonte: IRENA.

de navegação”, citou. “Além disso, a baixa emissão de CO² da produção de petróleo brasileiro tende a ser um diferencial importante, na medida em que o setor produtivo passa a medir sua pegada de carbono e assumir metas de redução e compensação de emissões.” Assim, quanto mais petróleo o Brasil tiver para exportar, mais irá vender, afirma Fernanda.

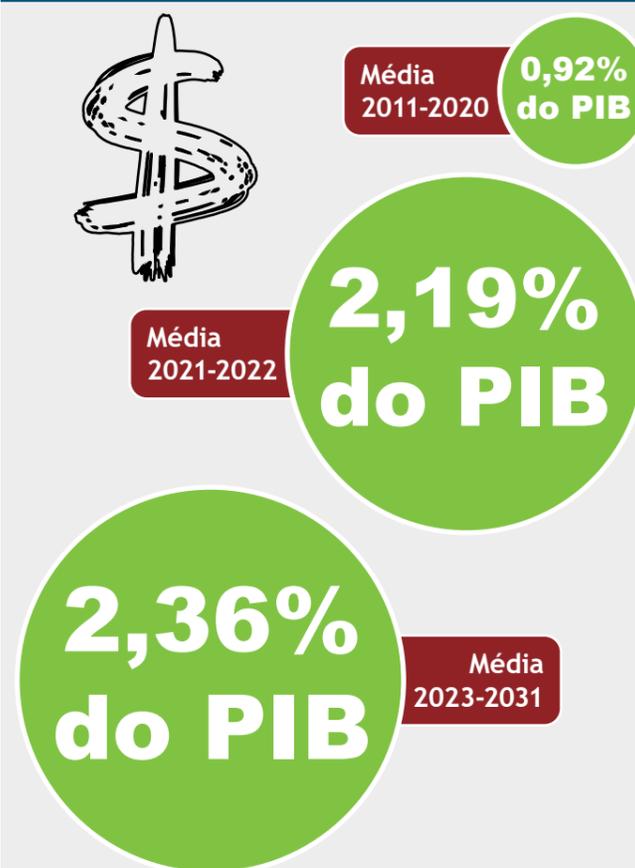
No campo da arrecadação, o empurrãozinho que o setor de óleo e gás dará para os cofres da União tampouco será trivial, como já apontado no primeiro encontro da série Diálogos Estratégicos³. “De 2011 a 2020, o setor extrativo brasileiro respondeu por uma arrecadação federal média de 0,9% do PIB por ano. Em minhas projeções - já levando em consideração um aumento da produção de petróleo em torno de 70% - essa receita poderá chegar a 3% do PIB até 2031, mais que triplicando o que acostumamos ver até 2020”, diz Borges, ressaltando que essa ampliação poderá colaborar para o ajuste fiscal que o país precisa operar para conter o aumento da dívida pública.

O economista lembra, entretanto, que oportunidades não se concretizam sozinhas, e será preciso garantir boas escolhas para transformar esse potencial em um círculo virtuoso de crescimento. Especialmente no caso dos recursos fósseis e da receita advinda de sua exploração, trata-se de uma vantagem finita, e o melhor investimento dessa arrecadação, defende o economista, é aquele que estende seus benefícios às futuras gerações que não contarão com a mesma benesse. Borges cita o exemplo da Norue-

³Veja a seção “Petróleo e gás: importância crescente para a arrecadação do Brasil” no ebook do primeiro *Diálogos Estratégicos - Economia, Política e Energia*: <https://bit.ly/3AjR11a>

ga, que investiu boa parte dos royalties obtidos com a atividade petrolífera para alimentar um fundo soberano. “No caso brasileiro, como somos um país com muitos desafios sociais, uma equação possível seria direcionar parte dessa arrecadação para o investimento em capital humano e físico. Infelizmente, temos um histórico de baixa produtividade do investimento

Até 2031, a arrecadação bruta federal relacionada ao setor extrativo irá mais que duplicar em relação à década anterior



A projeção inclui royalties, participações especiais, tributos federais ex-previdência, dividendos da Petrobras e óleo-lucro

Elaboração: Bráulio Borges, a partir de fontes diversas.

público. Precisamos reverter esse quadro, para garantir que essa receita fique cristalizada na sociedade ao longo de várias gerações”, diz. Borges ressalta a ampla literatura econômica que trata da maldição dos recursos naturais, estudando os casos em que descobertas de reservas - sejam de petróleo ou minério -, ao invés de se converterem em fonte de riqueza, alimentaram retrocessos econômicos e políticos. “Sem governança, a abundância gera dependência, cria vulnerabilidades”, alerta, reforçando a importância da boa gestão fiscal.

Outro ponto destacado por Borges sobre esse tema é a espera da decisão pelo Supremo Tribunal Federal da ADI 4917, que questiona a regra de distribuição dos royalties definida na Lei 12.734/2012. A lei prevê uma repartição dos recursos menos centralizada nos estados produtores, que por sua vez contestaram e em 2013 conseguiram uma liminar, suspendendo

seus dispositivos. Depois de uma década de cancelamento, uma mudança no regimento interno do STF, de 2022, poderá conduzir o tema de volta à pauta ainda neste semestre. “Minha expectativa é de que se possa caminhar para uma melhor repartição desses recursos, que hoje estão concentrados em poucos entes federativos. Cidades pequenas com receitas gigantescas também dão margem ao mau uso de recursos que, de fato, são de toda a sociedade brasileira”, defende.

Entre os riscos relacionados à má gestão dessa receita, Silvia Matos acautela para práticas de intervenção no preço dos combustíveis, visando a minimizar o impacto de altas pronunciadas no bolso do consumidor. “Quando o preço do petróleo dispara, caímos na tentação de buscar soluções fáceis”, diz, citando a redução de preços via desoneração operada no ano passado, que no caso da gasolina foi parcialmente revista, com a escolha pelo atual governo

Evolução da balança comercial de petróleo e derivados

2008-fev/2023, US\$ bilhão



Fonte: Elaboração IBP com dados ANP e SECEX/MDIC. Atualização abril 2023.

de se operar um imposto de exportação de óleo bruto para compensar a perda de receita que ainda acontecerá. “Sabemos que é preciso olhar o equilíbrio geral, que uma intervenção em determinada área pode gerar incentivos ruins e o resultado, no agregado, ser pior do que o inicial”, diz. Silvia reforça a recomendação de que políticas nesse sentido precisam ser pontuais e bem focalizadas nos segmentos da sociedade com menos chance de amortecer choques de preços.

Bons ventos para a energia de baixo carbono

No campo da energia renovável, a diversificação de fontes - colaborando, por exemplo, para que na última década a participação da hidroeletricidade na capacidade instalada de geração elétrica brasileira se reduzisse mais de 10 pontos percentuais, de 68% em 2010 para 56,7% em 2021 -, também se configura um passaporte para o país se tornar exportador de energia verde. Como também de entrar para o clube das economias aptas a atrair investimentos produtivos em busca de energia de baixo carbono, segura, barata e abundante, necessária para que empresas cumpram suas metas de descarbonização. E, para completar, há o mercado de carbono, ainda em formação, mediante a oferta de créditos para setores que têm possibilidades limitadas de descarbonização de sua atividade, e por isso ainda precisarão compensar suas emissões com a compra desses papéis.

Um dos exemplos marcantes no Brasil é o do setor eólico, que agora se prepara para cruzar uma nova fronteira, estendendo seus aerogeradores para alto-mar. Uma ilustração do potencial e da atratividade

desse negócio é a quantidade de pedidos de licenciamento abertos no Ibama para exploração offshore: até março, somavam 74, representando 182,9 GW - parte dos quais sem viabilidade de instalação, já que se trata de sobreposição de projetos para uma mesma área.

Estudo promovido pela ABEEólica em parceria com a Coppe-UFRJ e a Essenz Soluções, traçando perspectivas para a expansão da geração offshore no Brasil, indicam a possibilidade de, até 20250, a capacidade instalada alcançar entre 15,5 GW e 28,5 GW. O documento indica que o Brasil tem condições de operar essa energia a preços competitivos. A depender de elementos como o nível de desenvolvimento da cadeia de valor e o arcabouço de financiamento desenvolvido, o estudo aponta cenários de uma faixa de LCOE (Levelized



“Sem governança, a abundância gera dependência, cria vulnerabilidades”

Bráulio Borges
Pesquisador associado do FGV IBRE

Cost of Energy) entre R\$ 189 MWh e R\$ 105 MWh em 2050. Atualmente, o LCOE dessa tecnologia é R\$ 333 MWh. Apesar de envolver investimentos mais robustos, Yamamoto ilustra que, quando há mais vento, a capacidade de aumento da produção na geração *offshore* também é maior.

Desde o final de 2009, quando se promoveu o primeiro leilão de eólica no Brasil, os números acumulados pelo setor são superlativos. Levantamento de Borges para a ABEEólica indica que, de 2011 a 2020, essa indústria movimentou R\$ 321 bilhões na economia, sendo R\$ 110,5 bilhões de investimentos diretos, na construção de parques eólicos. “No caso da eólica *offshore*, a diretora executiva Corporativa do IBP ainda destaca as sinergias do setor eólico *offshore* com o de petróleo e gás. “Cerca



“Todo investidor vai fazer suas escolhas buscando maior segurança. Com uma lei aprovada, essa sinalização fica mais forte”

Sandro Yamamoto
Diretor técnico da ABEEólica

de 60% da cadeia produtiva de um projeto de energia eólica *offshore* advém da indústria de óleo e gás. Do ponto de vista de conhecimento, investimentos, fabricação de equipamentos, tudo que movimenta essa cadeia tem forte integração. É uma alavanca para o futuro, levando à pluralidade de energéticos renováveis interessantes para nossa matriz”, diz.

Para melhor explorar as oportunidades geradas nessa corrida mundial, Sandro Yamamoto, diretor técnico da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), defende a aceleração da tramitação do projeto de lei que regula a cessão de áreas para a exploração da eólica *offshore*. Hoje, essa atividade é regulada pelo Decreto nº 10.946/2022 e portarias complementares, consideradas aceitáveis para a efetivação de negócios no setor. “Todo investidor, entretanto, vai fazer suas escolhas buscando maior segurança para montar equipes, fazer prospecções, se preparar para leilões e adquirir áreas para estudos. E, com uma lei aprovada, essa sinalização fica mais forte”, disse.

A relevância do alerta de Yamamoto é facilmente comprovada quando se observam as projeções para o setor em nível mundial. Relatório do Global Wind Energy Council indica que uma planta *offshore* pode levar até 9 anos entre o projeto e a produção de energia de fato - a maior parte deles tomada pelo processo de autorizações e concessões. Com as regras e regulações bem definidas, entretanto, esse prazo se encurta para em torno de dois anos, diz o GWEC.

O informe aponta que, em 2022, dos 78 GW de nova capacidade eólica instalada no mundo, 9 GW foram *offshore*. A meta pro-

jetada pelo GWEC é ampliar esse número para uma adição anual de 36 GW até 2050, saltando dos atuais 60 GW de capacidade instalada para 2 mil GW *offshore*. Por enquanto, apenas a China possui condições de atingir a escala e ritmo projetados. Em setembro do ano passado, o país acordou em encontro dos ministros de Energia das nove economias integrantes do North Seas Energy Cooperation (MSEC) entregar 1 mil GW até 2025, sendo 200 GW até 2030. A Coreia do Sul, por sua vez, sinalizou em seu planejamento decenal divulgado no

ano passado que pretende alcançar uma capacidade de 14,3 GW em eólica *offshore* até 2030.

Essa corrida pela geração *offshore* está estreitamente relacionada com outro ator promissor nesse futuro descarbonizado: o hidrogênio verde⁴. No informe do GWEC, Elbia Gannoum, presidente da ABEEólica, destacou o interesse, no Brasil, de empresas e governos estaduais e federal na produção de hidrogênio verde, ressaltando o anúncio da produção da primeira molécula nacional no começo de 2023 pela Unigel, que pretende iniciar a operação comercial de hidrogênio e amônia verdes ainda no final deste ano. “Até 2050, de acordo com a consultoria Roland Berger, o Brasil deverá alcançar uma receita anual de R\$ 150 bilhões com a produção de hidrogênio verde, dos quais R\$ 100 bilhões em exportações”, afirma Elbia.

No âmbito doméstico, a determinante-chave para a expansão eólica é a própria dinâmica de expansão do PIB, resalta Yamamoto. Com o país crescendo, o diretor da ABEEólica resalta a importância do planejamento da ampliação da transmissão, bem como do adequado orquestramento da entrada de novas capacidades na rede, defendendo especialmente uma revisão dos subsídios dados à geração distribuída solar, no intuito de evitar desequilíbrios na matriz.

Um ponto que joga a favor do crescimento dessa demanda, destacado pelo vice-presidente de Setor Privado do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), Jorge

Evolução da geração eólica no Brasil e seus impactos macroeconômicos

Entre 2011 e 2020, as eólicas movimentaram R\$ 321 bilhões na economia

R\$ 110,5 bilhões de investimentos diretos na construção de parques eólicos.

R\$ 210,5 bilhões como efeitos indiretos.

Cada R\$ 1 investido em parques eólicos elevou o PIB brasileiro em cerca de R\$ 2,9

De 2011 a 2020, construção dos parques eólicos gerou quase **196 mil postos de trabalho**, ou **10,7 empregos por MW instalado**.

Fonte: Infovento *Offshore*/Abeeólica, com dados de estudo de Bráulio Borges: <https://bit.ly/3LvndO>.

⁴Conheça o projeto do Ceará para a formação de um hub de hidrogênio verde no Complexo de Pecém na edição de fevereiro da *Conjuntura Econômica*: <https://bit.ly/3F0qyf1>

Arbache, é a possibilidade de o Brasil atrair investimento direto de indústrias interessadas em energia limpa, segura e a preços competitivos, que lhes permita atender às exigências de *compliance* ambiental⁵. Tirando proveito dessa tendência, cunhada pelo CAF de *powershoring*, o país poderá exportar não só energia verde, como também energia verde embutida no produto industrial fabricado no país.

Fernanda ressalta que a preocupação das empresas exportadoras em limpar sua matriz energética já é realidade inclusive entre as que operam no Brasil, dadas as exigências que os países desenvolvidos passam

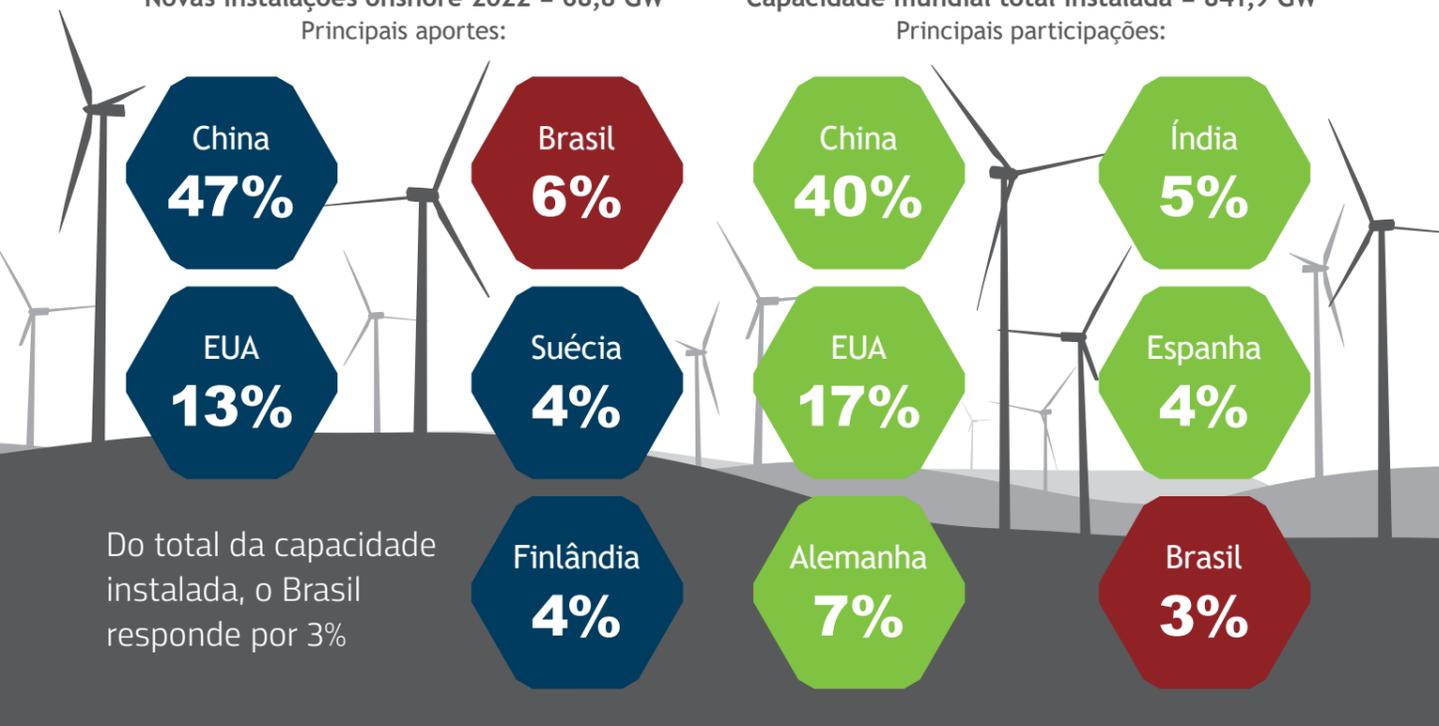
⁵Leia a íntegra da entrevista de Jorge Arbache à *Conjuntura Econômica* de abril: <https://bit.ly/3HcGiwk>

a aplicar em suas compras internacionais. Ela cita como exemplo o Carbon Border Adjustment Mechanism (Cbam), aprovado em abril pelo Parlamento Europeu, que prevê sobretaxar importações a fim de incorporar as pegadas de carbono ao preço final de produtos importados de fora do bloco. A medida visa prevenir que os esforços dos países europeus para redução dos gases efeitos estufa sejam contrabalançados pelo aumento de emissões fora de suas fronteiras, com a realocação da produção para países onde políticas para combate a mudanças climáticas são menos ambiciosas. A medida entrará em vigor a partir de 2026 e inicialmente abará os setores de ferro, aço, alumínio, cimento, fertilizantes, hidrogênio e eletricidade, bem como alguns produtos derivados.

Em 2022, Brasil respondeu pelo terceiro maior aumento de capacidade de geração eólica onshore no mundo

Novas instalações onshore 2022 = 68,8 GW
Principais aportes:

Capacidade mundial total instalada = 841,9 GW
Principais participações:



Fonte: Global Wind Energy Council (GWEC).

No Brasil, já começam a surgir movimentos do setor privado para se adaptar às crescentes exigências dentro do comércio internacional. Yamamoto cita o exemplo recente da fabricante de aço ArcelorMittal, que anunciou uma *joint venture* com a Casa dos Ventos, desenvolvedora de projetos de energia renovável, para um projeto de planta eólica com capacidade de 553 MW na Bahia, com a qual estima atender quase 40% de suas necessidades. “Vale também destacar iniciativas nacionais focadas na valorização do uso da energia renovável”, cita, indicando o caso dos Certificados Internacionais de Energias Renováveis (I-RECS). “Eles foram criados há cerca de dez anos no Brasil com base nas melhores práticas mundiais, que reconhecem o cumprimento de ao menos cinco dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pelas produtoras de energia limpa”, explica. Em abril, por exemplo, a Auren Energia e a Enel Brasil emitiram certificados para quatro fábricas e um centro de peças e acessórios da Volkswagen, localizados em São Paulo e no Paraná, que atestam o uso de energia elétrica 100% renovável em suas operações. A montadora tem como meta neutralizar as emissões de carbono até 2050, considerando produtos e processos.

Para Borges, outro importante avanço que o Brasil deve conquistar é a regulamentação do mercado de créditos de carbono, com a aprovação do projeto de lei 412/22 que tramita no Congresso. “Já temos o mercado voluntário operando há algum tempo, mas falta o mercado mandatário, no qual empresas passam a definir seus limites de emissão que, se superados, levam à necessidade de compensação, com compra de créditos. Com isso, poderemos estimular até a exportação de crédito de carbono”, diz.

Mas o passo zero é reverter o desmatamento na região amazônica e no Cerrado, alerta o pesquisador. “Mudando nossa política de desmatamento - lembrando que é daí que vem metade das emissões brasileiras de gases do efeito estufa - o Brasil poderá cumprir suas metas do Acordo de Paris e gerar excedente monetizável”, enfatiza.

Política econômica: não há margem para atalhos

Todo esse potencial futuro tampouco está isento de desafios, que vão além do regulatório, aponta Silvia Matos. “Da mesma forma que o setor energético poderá colaborar com o país do ponto de vista fiscal, ele também demandará um ambiente macroeconômico



“Da mesma forma que o setor energético poderá colaborar com o país do ponto de vista fiscal, ele também demandará um ambiente macroeconômico equilibrado que atraia investimento produtivo”

Silvia Matos
Coordenadora do Boletim Macro FGV IBRE

equilibrado que atraia investimento produtivo”, ressaltou. E, para isso, um importante desafio ainda é o equilíbrio fiscal. “Quando pensamos em investimento, pensamos em financiamento e taxa de juros; e para que tenhamos taxa de juros baixas, precisamos de superávit primário e uma dívida pública que se estabilize, até recue. Isso beneficia a cadeia produtiva como um todo, que inclui insumos sofisticados”, afirma.

Em abril, o governo entregou ao Congresso sua proposta de regra fiscal que substituirá o teto de gastos, e sobre a qual especialistas ainda medem prós e contras. De acordo à nova regra, a taxa de crescimen-

to do gasto primário poderá variar entre 0,6% e 2,5% ao ano, ou o correspondente a 70% da evolução da receita nos 12 meses encerrados em junho do ano anterior - o que for menor. O Boletim Macro do FGV IBRE⁶ de abril indicou que, sob a vigência do teto de gastos, entre 2017-22, a alta real dessas despesas foi de 1%; antes do teto, entre 2003-16, o aumento médio anual foi de 5,6%.

A principal apreensão quanto à proposta é que, para se manter em pé, demanda cres-

⁶Íntegra do Boletim Macro FGV IBRE de abril no link: <https://bit.ly/3Ny7gmk>

cimento da receita, para o que o governo vem sinalizando diversas medidas, como um pente-fino em renúncias e subsídios. A avaliação geral, entretanto, é de que será necessário aumento de carga tributária, que seria operado na segunda fase da reforma tributária.

No Boletim, Silvia Matos e Armando Castelar, pesquisador associado do FGV IBRE, resumem os questionamentos em torno do novo arcabouço em três principais fatores. O primeiro é a dúvida quanto à possibilidade de a contenção do aumento do gasto prevista garantir o atingimento das metas de resultado primário proposta: déficit zerado em 2024; superávit de 0,5% em 2025 e de 1% em 2026. Para alcançá-lo, afirmam, será necessário um significativo aumento de receita. O segundo refere-se à presença de receitas não-recorrentes dentro do con-

junto de elementos que garantiriam aumento de arrecadação, algo que não promoverá sustentabilidade na trajetória do primário e da dívida. O terceiro elemento é o fato de o arcabouço estabelecer um teto para o total do gasto primário, mas ser acompanhado de uma série de medidas que criam pisos para o aumento de despesas - como saúde, educação e investimentos -, além do aumento real esperado para o gasto previdenciário com a proposta de se aumentar o salário mínimo, comprimindo o espaço fiscal. “Ou seja, para atender a todos os compromissos por mais gastos, a única saída é a receita crescer substancialmente, sempre”, dizem Castelar e Silvia.

Os pesquisadores do FGV IBRE Manoel Pires e Carolina Resende, por sua vez, ressaltam que, ao ampliar o aumento de arrecadação no presente, a nova regra facilita o



Até março de 2023, 74 processos de licenciamento ambiental de eólicas offshore estavam abertos no Ibama

Somados, esses projetos totalizam potência de **182,9 GW** - mas 24 apresentam sobreposição.

Cenários elaborados pela Coppe-UFRJ e Essenz Soluções apontam que até 2050 o Brasil poderá ter uma capacidade instalada offshore entre **15,5 GW** e **28,5 GW**.

Com isso, a eólica offshore pode evitar de **37 a 112 MtCO₂** no período, quando comparada com as emissões do Sistema Integrado Nacional (SIN).

De acordo à EPE, as emissões de gases do efeito estufa do Sistema Interligado Nacional (SIN) em 2019 totalizaram **34 MtCO₂**. Em 2021, ano em que houve crise hídrica, estas somaram **55 MtCO₂**.

Fonte: Infovento Offshore/Abeeólica, com dados de estudo de Bráulio Borges: <https://bit.ly/3LvendO>.



Distribuição dos projetos por estado:



Apesar de avanços, inflação ainda não está domada

Média dos núcleos de inflação (IPCA) e taxa Selic (em %)



Fonte: BCB.

cumprimento das metas estabelecidas nos anos seguintes, ao passo que adiar o ajuste aumenta o risco de descumprimento. “Durante a vigência do teto de gastos, o governo da época ampliou os gastos no início da regra e jogou a maior parte do ajuste para o governo seguinte”, recordam. Isso não impede, entretanto, que o arcabouço esteja isento de riscos, como a possibilidade de *shutdown*, caso o governo não seja capaz de elevar os níveis de arrecadação, reconhece Pires. “Apesar da regra permitir algum crescimento real da despesa, o piso de investimento aumenta a rigidez orçamentária. É preciso deixar claro como o orçamento deve ser elaborado e executado diante de uma situação conflitante como essa”, afirma. Mas os pesquisadores defendem que a proposta do governo aponta aos princípios de um bom regime fiscal, de gerar incentivos para a ampliação de gastos produtivos, mantendo a dívida sustentável sem distorcer o sistema tributário.

Enquanto esse debate segue no Congresso, as análises macroeconômicas de curto prazo se dividem entre dois diagnósticos. O primeiro, de que o aperto no mercado de crédito e ao aumento do nível de inadimplência observados no início do ano estejam amplificando o efeito da política monetária contracionista, o que leva ao entendimento de que o BC já deveria começar a operar uma redução da Selic. O segundo se apoia em dados como o resultado do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) de fevereiro, que apontou uma economia mais aquecida do que o esperado - que poderia ser reflexo da queda da inflação de alimentos, de 13,72% para 7,04% na comparação interanual até março, abrindo espaço no orçamento para outros gastos; efeito do Bolsa Família e/ou de medidas expansionistas -, o que demandaria mais lenha na política monetária para conter a inflação. O último Boletim Focus de abril apontou a per-

Mercado não vê superávit no horizonte

(resultado primário do setor público consolidado, % PIB, Focus mediana atualizado até 24/04/2023)



Fonte: BCB, Relatório Focus.

cepção do mercado de um PIB mais alto para 2023 (0,9% há um mês para 0,96%), mas de inflação também persistente, com revisão para cima do IPCA de 2023, para 6,04%, contra 5,93% há um mês.

Como ressalta André Braz, superintendente adjunto para Inflação do FGV IBRE, o resultado do IPCA de março veio abaixo da expectativa de mercado e apresentou alívio nas estatísticas de núcleo, difusão e serviços. Mas abril, maio e junho guardam uma agenda importante de reajustes - entre os quais de medicamentos -, e na virada do semestre ainda entrará na conta o efeito estatístico das desonerações de tributos federais operadas em 2022. “A expectativa de inflação para o final do ano não se altera, apesar do crescente otimismo em torno da trajetória futura dos preços”, afirma Braz no Boletim, indicando a projeção de o IPCA fechar o ano em 6,2%. José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV IBRE, lembra por sua vez que a guerra de narrativas entre governo e Banco Central sobre os rumos da política monetária também afetam negativamente esse cenário. Para ele, a evolução das expectativas quanto à aprovação do novo arcabouço fiscal e uma atitude mais enérgica do governo no sentido de preservar as atuais metas de inflação são importantes para que as projeções de inflação fiquem consistentemente abaixo da meta para os próximos anos, viabilizando o início da redução dos juros básicos.

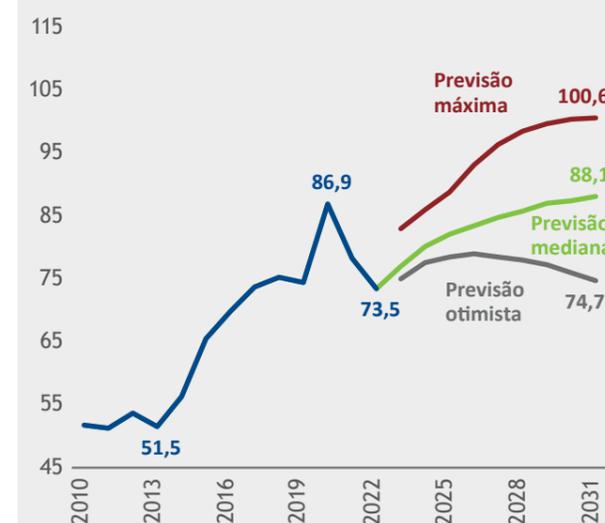
Diante de um cenário ainda incerto, Silvia considera difícil vislumbrar uma melhora de fato na atividade. No Boletim de abril, a projeção do IBRE para o PIB de 2023 se manteve em 0,3%. “Não fossem as projeções otimistas de crescimento

do setor agropecuário, este ano teríamos contração da atividade em 0,2%”, afirma Silvia. Efeitos defasados da política monetária contracionista, impactos cumulativos da desaceleração global e desancoragem das expectativas de inflação estão entre os fatores enumerados no Boletim para justificar esse resultado, refletido na desaceleração do setor de serviços e no comportamento da indústria de transformação e do varejo ampliado, que andam de lado. Do lado da oferta, as projeções do IBRE apontam PIB positivo apenas para a construção civil, com expansão de 1,1%. Do lado da demanda, espera-se contração do consumo das famílias, com -0,6%; na outra ponta, a maior alta prevista é das exportações, com 2,6%.

Em resumo, diz Silvia, ainda falta um caminho de ajustes para engatar o país em

Evolução da projeção da dívida bruta geral do governo em relação ao PIB

(vários anos, Focus mediana % atualizado até 24/04/2023)



Fonte: BCB, Relatório Focus.

uma trajetória sustentável de crescimento. O que reforça a mensagem da economista de que, pese a importância que o desenvolvimento da indústria de energia limpa terá na economia brasileira nos próximos anos, é importante saber dosar as políticas de subsídios para impulsioná-la. “Não temos que buscar atalhos. Isso não significa condenar o papel do BNDES e do setor público - atividades ligadas à inovação em geral dependem desse apoio inicial -, mas usá-lo da melhor forma possível”, diz. Além do equilíbrio fiscal, Silvia também ressalta a importância da reforma tributária. “O calcanhar de Aquiles da economia brasileira é o sistema tributário, que onera a indústria, penaliza o investimento e a exportação” afirma. Sem cuidar desses dois vetores, o desequilíbrio se mantém, a busca por subsídios

compensatórios cresce, realimentando uma dinâmica negativa. “Dependeremos de mais atalhos, e mais recursos públicos. Daí a importância dessa agenda voltada à eficiência, boa para a economia como um todo”, conclui.



Reveja o quarto encontro *Diálogos Estratégicos - Economia, Política e Energia:*

<https://bit.ly/3p4zBWR>

PIB 2023: panorama muito diferente ao de 2022 (%)

Índice da Atividade Econômica do BC (IBC-Br) mostra economia aquecida no começo do ano; ainda assim, a principal locomotiva de 2023 deverá ser a agricultura

			
Agropecuária	Indústria		
2022	2023	2022	2023
-1,7	8	1,6	-0,5

							
Serviços	Consumo (famílias)	Investimento	Exportação				
2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023
4,2	-0,1	4,3	-0,6	0,9	0	5,5	2,9

Fonte: IBGE; projeções Boletim Macro FGV IBRE.



CONECTAR TODA A INDÚSTRIA PARA IR CADA VEZ MAIS LONGE.
ISSO GERA ENERGIA.



/ibpbr



@ibpbr



@ibp_br



/IBPbr



/ibpbr

Expediente

Presidência/CEO do IBP:

Roberto Furian Ardenghy

Diretoria Executiva Corporativa:

Fernanda Delgado

Área de Análise Econômica:

Isabella Costa

Vinicius Daudt

André Alves

William Vitto

Gerência de Comunicação e

Relacionamento com Associados:

Tatiana Campos

Alexandre Romão

Aline Vieira

Bruna Freire

Kryslia Mendonça

IBP - Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás

Av. Almirante Barroso, 52 - 21º e 26º andares - RJ Tel.: (21) 2112-9000

ibp.org.br | relacionamento@ibp.org.br